



Recebido em 20/07/2021

Aceito em 18/10/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i39.38977

DOSSIÊ

Partido Operário Comunista (POC): uma história do tempo presente

Communist Workers' Party (POC):
a history of the present time

Celso Ramos Figueiredo Filho

Doutor em História Social pela USP

Professor no Centro Universitário Estácio de São Paulo

orcid.org/0000-0002-9243-8012

historiadorcelso@estacio.br

RESUMO: Este artigo tem por objeto o Partido Operário Comunista (POC). Trata-se de uma organização da esquerda brasileira, atuante durante os chamados “anos de chumbo” da ditadura (1968-1971). Sua linha política previa que a revolução brasileira fosse socialista, e conduzida por um partido de vanguarda da classe operária. Inicialmente resistente ao engajamento nas ações de guerrilha, o POC procurou canalizar seus esforços para os movimentos de massa, especificamente, o estudantil e o operário. Porém, o agravamento da repressão fez com que setores internos passassem a defender a luta armada. Ácidos debates surgiram no seu interior, corroendo sua coesão. Prisões em série de militantes em 1971 fizeram com que o partido fosse praticamente extinto. Em termos teórico-metodológicos, a pesquisa se enquadra no escopo da História do Tempo Presente, sobre a qual trago as reflexões que me apoiaram na sua execução, em particular a objetividade das fontes documentais utilizadas por essa vertente historiográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Operário Comunista (POC). Ditadura. História do Tempo Presente.

ABSTRACT: This article has as its object the Communist Workers Party (POC). It is an organization of the Brazilian left, active during the so-called “lead years” of the dictatorship (1968-1971). His political line predicted that the Brazilian revolution would be socialist, and led by a vanguard party of the working class. Initially resistant to engaging in guerrilla actions, the POC sought to channel its efforts to mass movements, specifically, students and workers. However, the worsening of the repression caused internal sectors to start defending the armed struggle. Acid debates erupted within it, eroding its cohesion. Serial arrests of militants in 1971 made the party virtually extinct. In theoretical-methodological terms, the research falls within the scope of the History of the Present Time, on which I bring the reflections that supported me in its execution, in particular the objectivity of the documentary sources used by this historiographical branch.

KEYWORDS: Communist Workers' Party (POC). Dictatorship. History of the Present Time.

Introdução

Novembro de 1970. Quatro jovens brasileiros encontravam-se na fria Paris. Não eram exilados, nem tampouco buscavam distrações às margens do Sena. Era a fina-flor de uma organização leninista, aliás, era a cúpula da sua Direção Nacional. Seu objetivo: estágio político e contatos visando a aproximação com a IV Internacional Comunista. Traziam na bagagem a experiência de três anos de esforços visando a construção de um partido comunista em meio a regime autoritário, instaurado com o Golpe de Estado de 1964.

Neste curto triênio, a organização havia experimentado algum protagonismo nas famosas greves de Osasco (julho de 1968); disputado a hegemonia em diversas entidades estudantis por todo o país; mantido militância ativa em pelo menos seis estados brasileiros; flertado com a luta armada e, por fim, buscava internacionalizar-se através do trotskismo internacional. Já havia sofrido três duros golpes da ditadura, com a prisão de militantes da célula operária em Contagem (MG), nos idos de 1968; e, em agosto de 1970, com a queda de militantes ligados ao movimento operário de Osasco (SP) e de parte da Direção Estadual paulista; e, por fim, no segundo semestre deste mesmo ano, com a prisão de militantes no Rio Grande do Sul e novamente na capital paulista.

Tratava-se, pois, da jovem liderança do POC, o Partido Operário Comunista.

Na minha pesquisa resgatei a trajetória deste partido que surgiu no cenário político brasileiro em abril de 1968, reunindo os membros da Organização Revolucionária Marxista–Política Operária (POLOP) com os dissidentes gaúchos do Partido Comunista Brasileiro, que se aglutinavam na então chamada Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul (DI-RS).

O POC foi expressivo em setores estudantis, através, sobretudo do seu braço universitário, denominado “Movimento Universidade Crítica”, o MUC. E mantinha vínculos com organizações operárias e sindicais em diversos estados brasileiros. Chegou a contar com aproximadamente 800 militantes, no auge da sua existência, em 1968. A ferocidade da repressão fez com que praticamente desaparecesse em meados de 1971, quando sucessivas quedas em São Paulo e no Rio Grande do Sul – suas praças mais fortes – levaram à prisão mais de uma centena de militantes. As tentativas de rearticulação do partido no exílio – Chile e Argentina – e retomada dos contatos com os esparsos militantes que permaneceram no Brasil foram praticamente infrutíferas.

Sua originalidade: sintetiza em sua breve e intensa existência, várias das formas de luta cotejadas pela esquerda brasileira do período. Conhecê-lo significa jogar luz sobre os projetos, idas e vindas, de uma esquerda que procurava reencontrar-se após a derrota de 1964. O POC me parece, como disse, emblemático das transformações políticas que vários partidos e organizações da esquerda marxista viveram durante a ditadura. Usando jargões da época, arriscamos a hipótese de que o POC pendeu de uma posição “massista-obreirista” para uma posição “militarista-foquista”, mas isso ao preço de muitas e dolorosas “brigas” internas. Em tempo, todas essas expressões tinham, à época, uma conotação pejorativa. Eram usadas pelas organizações da esquerda na forma de acusações mútuas.

A história do POC se insere nesse contexto, que coincide com a das demais organizações da esquerda brasileira no período. Debatiam entre si através dos documentos internos e dos materiais impressos; disputavam eleitores nas assembleias estudantis e operárias; tentavam cooptar uma das outras militantes e simpatizantes. Havia, efetivamente, uma luta política entre elas. Mas, ao mesmo tempo associavam-se para a realização de ações dos mais variados tipos, inclusive armadas, quando a logística da ação assim o exigisse, e isso em nome da “solidariedade revolucionária”.¹

Em comum, todas lutavam pela superação do regime. Este, no entanto, não tinha a menor intenção de ceder um palmo sequer à oposição, e combatia a “subversão comunista” com todas as suas forças. E estas forças, como disse acima, atingiram o POC em cheio em meados de 1971. E, com uma ferocidade tal que levou à morte, sob tortura, no DOI-CODI do II Exército, o jornalista e dirigente do POC, Luiz Eduardo da Rocha Merlino. Era um dos jovens que meses antes havia desembarcado em Paris.

Após este impacto, o partido jamais voltaria a ter vida orgânica no país.

Os percursos da pesquisa

As memórias desse período ainda não se esvaíram ... algumas feridas, talvez muitas, ainda não cicatrizaram. Estou lidando com um tema “vivo”, quentíssimo. Presenciamos nos momentos em que escrevo esta tese, grupos reivindicando uma “intervenção militar” para pôr fim à “roubalheira” e “salvar o Brasil do comunismo”. E, agravando o cenário político nacional, o próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, frequentemente faz ameaças à ordem constitucional e à democracia a partir de uma visão de mundo típica dos “anos de chumbo” da ditadura cívico-militar brasileira. As respostas da esquerda marxista estão limitadas à pauta liberal, como o respeito à Constituição e aos direitos civis. Bem longe, portanto, daquelas da “geração meia-oito”, que sonhava com um Brasil socialista.

¹ Essa expressão foi utilizada igualmente por Leane Ferreira de Almeida e Angela Maria Mendes de Almeida nos depoimentos que prestaram a mim, respectivamente, em 03 e 10/03/2015.

Leane Ferreira é gaúcha e aos dezoito anos, no final de 1968, ingressou no POC numa célula da Federação dos Bancários de Porto Alegre. Com a prisão de militantes do partido em meados de 1970, foi transferida para a capital paulista, na clandestinidade, atuando no Setor Interno da organização. Dentre outras atividades, era responsável pela gestão financeira do partido, pela datilografia de documentos e materiais para os informes e jornais. Foi presa na grande queda de meados de 1971. Torturada pessoalmente pelo então major Carlos Brilhante Ustra. Concedeu seu depoimento em sua residência, na zona oeste de São Paulo.

Angela Maria Mendes de Almeida, paulista, ingressou no POC via POLOP, onde militava no setor estudantil desde 1966, depois de uma breve e “decepcionante” passagem pelo PCB. Foi uma das mentoras do Movimento Universidade Crítica, o MUC. Chegou à Direção Nacional da organização em 1970. Foi um dos dirigentes do POC que viajaram para a França no final de 70 para travar contatos com a IV Internacional. Na ocasião era companheira de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, membro da Direção Estadual paulista, que também viajara para Paris. Após a morte deste, não retornou ao Brasil. Impetrou ação cível contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsabilizando-o pela morte do jovem jornalista em 19 de julho de 1971. Recebeu-me por três vezes em sua residência, na região central da capital paulista, entre dezembro de 2014 e março de 2015.

A “História do Tempo Presente”

Premissa de trabalho: é possível a produção de uma obra historiográfica sobre a ditadura pós-1964 com a isenção e objetividade esperada de um historiador de ofício? Não estariam as questões suscitadas por um objeto assim tão próximo cronologicamente ainda envoltas pelas paixões do momento a ponto de turvar a visão do cientista? Se uma história como essa a que me propus pesquisar - do “tempo presente” - como originalmente formularam os franceses, é factível pelo historiador de ofício, a quais ferramentas metodológicas ele deve recorrer? Por fim, não estaria o historiador do “tempo presente” correndo o risco de confundir história com memória?

A essa altura do artigo, creio ser de bom tom alinhar algumas “pontas soltas” sobre a tão polêmica, mas igualmente consagrada, “História do Tempo Presente”.

Sabidamente, as balizas cronológicas adotadas como inauguradoras de “eras históricas” resultam de convenções adotadas “a posteriori” dos acontecimentos por elas referidos. E na maioria absoluta das vezes, esses “marcos” cronológicos contemplam as visões de mundo e aspirações dessa posteridade que as instituiu. Aliado a isso, cabe também salientar que cada grupo humano tem sua própria visão retrospectiva, de forma que, como observou Eric Hobsbawm “é provável que não existam mais do que meia dúzia de datas que são marcos simultâneos nas distintas histórias de *todas* as regiões do mundo”. (HOBSBAWM, 1998, p. 244) Por exemplo, os norte-americanos, consideram como História Contemporânea apenas o século XX, tendo dificuldades em se reconhecerem nos seus compatriotas do século XVIII. Os franceses, ao contrário, se orgulham do seu passado revolucionário setecentista, até hoje buscando nele referências sociais importantes.

Esses marcos cronológicos, dentre vários outros aspectos, cumprem uma importante função social: são responsáveis pelo reconhecimento da ocorrência de momentos fundadores de novas sociabilidades, de novos arranjos sociais. Eles demarcam o “antes” e o “depois”. O Brasil nunca mais voltou a ser o mesmo depois do Golpe de 1964 e da ditadura. Por essa razão, as discussões acerca dos limites cronológicos para o trabalho do historiador acadêmico são extremamente contemporâneas, e estão cada vez mais presentes nos debates historiográficos.

E, neste contexto se inserem as discussões acerca da uma “história do tempo presente”. Esse debate é decorrência, sobretudo, da experiência francesa do imediato pós-guerra, quando foi fundado o “Comitê de História da Segunda Guerra Mundial”, em 1951, resultado da fusão da “Comissão de História da Ocupação e da Libertação da França” com o “Comitê de História da Guerra”. Sua prática historiográfica levou os especialistas a procurarem expandi-la para outros campos da história recente, que culminou na criação do “Instituto de História do Tempo Presente” (IHTP), em 1978, tendo como primeiro diretor François Bédarida, falecido em 2001.²

A assim chamada História do Tempo Presente (HTP), como se percebe, desde as suas origens, respondeu a demandas populares por conhecimento histórico, principalmente aqueles relativos à Segunda Guerra Mundial. Por isso que o IHTP é tido por seus fundadores como uma continuação lógica do “Comitê de História da Segunda

² Esteve à frente do IHTP até 1990, quando foi substituído por Henry Rousso.

Guerra Mundial”, acima referido. Através deles as memórias do controverso período da Ocupação Alemã na França e do governo colaboracionista de Vichy passaram por um intenso e doloroso processo de revisão. E, no decorrer desse processo, os historiadores e demais cientistas sociais envolvidos foram obrigados a reverem suas bases teórico-metodológicas, a fim de garantir o grau necessário de cientificidade de seus trabalhos.

Em tempo, a essas demandas originadas no último conflito mundial, somaram-se muitas outras, decorrentes da dinâmica das sociedades contemporâneas, a exemplo da busca pelas identidades sociais e da memória coletiva, como veremos mais abaixo.

Os pesquisadores do IHTP, e seus colabores externos reconheceram nos anseios populares por história, o desejo de um agir social por parte de população. Isso foi entendido como uma resposta à tentação pelo imediato e à despersonalização do “mass media”, predominante nas sociedades muito influenciadas pela indústria cultural. Essa condição foi sintetizada por Eric Hobsbawm na seguinte fórmula: “desde o início da industrialização, a novidade daquilo que toda geração traz é muito mais marcante que sua similaridade com o que havia antes.” (HOBSBAWM, 1995, p. 38)

Simultaneamente, estaria ocorrendo no decorrer do século XX, segundo Jean Jacques Rioux, uma intensificação do ritmo da história. Esta mesma constatação de Rioux foi feita por Eric Hobsbawm. O historiador inglês percebeu que dentre as transformações provocadas pela industrialização está a mudança na percepção do tempo. O ritmo acelerado da produção mecanizada, bem como as contínuas alterações em todas as esferas da vida social, impõem ao indivíduo uma nova relação com o tempo, vendo-o como uma sucessão contínua do mesmo, um eterno “tempo presente”.

Entretanto, a aceitação da HTP dentre os pares não foi tão fácil quanto aquela junto ao público leitor, ávido por quebrar a rotina do eterno-presente imposto pela mídia e pelo trabalho alienado; foi posta em xeque a própria cientificidade dessa modalidade de história que se propunha a falar de homens ainda vivos. Podemos dizer que o maior questionamento que ainda recebe a história do tempo presente é de natureza epistemológica. Afinal, indagam seus críticos, como fazer história de algo tão próximo ao próprio pesquisador? Não estaria ele, nessa circunstância, em face de acontecimentos cujas tensões por ele suscitadas não sofreram o devido e natural resfriamento do tempo? Tal situação, sentenciam os críticos da HTP, por certo compromete a imparcialidade do historiador, turvando sua visão de forma a comprometer sua tão esperada objetividade.

Além disso, os críticos da HTP resistem à ideia que a produção historiográfica possa atender a demandas sociais. Esse argumento sustenta-se na ideia de que a Ciência deve estar acima dos interesses imediatos e mesquinhos do senso comum.

Seriam, estes questionamentos, resquícios arcaicos de um positivismo que já deveria ter sido superado?

Pieter Lagrou, ampliando ainda mais as críticas, interrogou-se se a HTP teria, efetivamente, um objeto claramente circunscrito. (RIOUX, 1999, p. 39) Isto porque o “presente”, elevado ao “status” de categoria epistemológica definidora da própria corrente historiográfica, carece de precisão cronológica. Colocado noutros termos, estando o tempo cronológico em contínua evolução, quais balizas deverão ser utilizadas de forma eficiente para circunscrever o presente? Em sendo esse “presente”

inapreensível a categoria epistemológica autodefinidora da corrente historiográfica, ela não estaria fadada a cultivar uma forma erudita do mesmo presentismo que ela própria critica?

De pronto, essa questão nos remete a outra essencial para a hermenêutica histórica: estariam os arquivos, quaisquer que sejam eles, suficientemente estabelecidos? E, para evitar o embaraço metodológico das fontes orais na ausência destes arquivos a quais outras fontes recorreria o historiador, indagam os críticos da HTP?

Há ainda outra crítica contundente à História do Tempo Presente, e que se refere à sua impossibilidade intrínseca de conhecer uma cadeia causal de longa duração, uma vez, carente do recuo necessário para essa avaliação “a posteriori” da efetiva importância do seu objeto, ele corre o risco de valorizar o efêmero em detrimento dos reais motivos do processo. E, neste caso, o historiador estaria correndo o risco de praticar uma modalidade diferenciada de jornalismo.

Após o resgate de algumas das críticas dirigidas à HTP, que se faça sua defesa. Uma das maiores “vantagens” da HTP apontada pelos seus praticantes é que ela, exatamente pela proximidade com seu objeto, consegue captar as motivações que levaram aos atores tomarem tal ou qual decisão. Quer dizer, ela põe em relevo os condicionantes, as pressões psicossociais que levaram os indivíduos a tomarem suas decisões, evidenciando assim o que J-J. Rioux chama de “humilde verdade do plausível”. (RIOUX, 1999, p. 50) Ou, ainda na opinião deste autor “o presente (...) faz brotar da proximidade ambiente um conjunto de argumentos mais ideal, mais cultural e mais individual, uma outra composição hierarquizada do tempo”. (idem, p. 48) Por esse mesmo motivo, a HTP escapa a certo “fatalismo” que perpassa algumas explicações historiográficas cujos objetos estão cronologicamente distantes, e que já tiveram sua cadeia causal esvanecida.

Para Jean-François Sirinelli, em sendo todo historiador “filho do seu tempo”, ele carrega sua herança histórica para o seu objeto, qualquer que ele seja. Quer dizer, o “clima ideológico” que influencia a pessoa do historiador independe do recuo do seu objeto. Aliás, lembra-nos Sirinelli, que o recuo é uma criação do historiador. (SIRINELLI, 1999, p. 68) Cabe, portanto, ao historiador buscar as diferentes temporalidades do seu objeto; da curta duração do fato para se chegar à média duração das representações que se constroem dele, posteriormente inclusive.

História Oral

Pelas características dos objetos aos quais se dedica, a HTP, frequentemente, recorre às “fontes orais”. Criticadas pela sua subjetividade intrínseca, contudo, estas fontes não dispensam, pois, os mesmos tratamentos dados pelo historiador a todos os demais tipos de fontes. E, dentro desse contexto de rigor metodológico, o depoimento, o testemunho, não é nem mais, nem menos confiável do que quaisquer outros documentos. E, a vantagem para o historiador do tempo presente na utilização desse tipo de fonte é que ela pode revelar as motivações pessoais dos protagonistas, explicitar as pressões às

quais estavam submetidos e que os levaram a tomar tal decisão e, por fim, aferir como são apreendidas as informações pelas mais diferentes camadas da sociedade.

Todas as fontes são marcadas pela temporalidade que as produziu. Portanto, não há fontes mais ou menos isentas, o que responde às críticas de que a HTP recorre a fontes demasiadamente marcadas pelo presente. Ora, todas as fontes são fruto do seu presente e marcadas por uma subjetividade, seja psicológica, seja ideológica, ou ambas (o que é mais provável). Por essa razão, a fonte oral não é identificada – assim como qualquer outro tipo de fonte - à “verdade”, mas à experiência histórica pessoal do depoente, rebatem seus defensores.

A polêmica em torno da História Oral é enorme e, obviamente, foge ao escopo deste trabalho. Quero apenas registrar que, dentre as três possibilidades de produção de pesquisas em História Oral apontados por Janaína Amado e Marieta Ferreira, a presente pesquisa recorreu a ela enquanto uma metodologia que se utiliza de fontes orais. (AMADO & FERREIRA, 2006, p. 11) Estas, enquanto fontes, não têm estatuto diferenciado em relação aos demais tipos de fontes, recebendo, pois, o mesmo tratamento crítico. As autoras ainda salientam que a “denominação ‘História Oral’ é ambígua, pois adjetiva a história, e não as fontes, estas sim orais.” Ainda conforme as autoras,

a fonte oral é o material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que lhe pareça necessário possuir. (idem, p. 54)

Grosso modo, as autoras descrevem os outros dois tipos de pesquisa em História Oral da seguinte maneira:

- 1) História Oral enquanto ciência, isto é, possui “objeto próprio e capacidade de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática.” Ela seria, portanto, “uma outra história”.
- 2) História Oral enquanto técnica: os aspectos propriamente “técnicos da produção da entrevista e da sua conservação predominam”, não havendo nenhuma preocupação de natureza teórico-metodológica. (idem, p. 14)

Uma das críticas mais contundentes ao uso desta metodologia apoia-se no fato de que na História Oral, o pesquisador cria suas próprias fontes. Tal crítica parte de presunção de que o depoente, no momento da entrevista, está totalmente à mercê do historiador e que este poderia “manipular” sua fonte ao seu “bel-prazer”.

No decorrer da pesquisa, entrevistamos ex-militantes do partido com o propósito, também, mas não exclusivamente, de consolidar informações pontuais inacessíveis pela documentação de arquivo. E, simultaneamente, em tempos de “memórias reveladas”, quis dar oportunidade aos ex-membros do POC revelarem suas angústias e ansiedades de uma época em que se tinha que “estar atento e forte”. E, por fim, confirmar se a existência de uma atmosfera cultural de rebeldia na época, de alguma forma influenciou a decisão desses militantes.

Além das já mencionadas Angela Mendes e Leane Ferreira, também colhi os depoimentos dos irmãos Sinclair e Otacílio Cecchini, ambos oriundos do movimento

estudantil da USP. Sinclair, estudante de Geografia, foi membro do “Setor Especial” do POC, setor encarregado das ações armadas. Otacílio, estudava Filosofia, e era OPP, ou seja, simpatizante ativo, de uma célula operária de Osasco. Colhi estes depoimentos em março de 2015. Em abril de 2015, Nilton Barbosa me prestou longo depoimento. Também cursava Geografia na USP e era coordenador de célula estudantil.

Aliado a esses que colhi pessoalmente, fiz uso de depoimentos que estão disponíveis em sítios eletrônicos. Eram tempos de “comissões da verdade” em todo o território nacional, inúmeros ex-militantes estavam tendo a oportunidade de “revelarem suas memórias”.

Não era objetivo deste trabalho, explorar os fatores psicossociais condicionantes da memória. Mas nunca é demais dizer que a memória é determinante na estrutura psicológica e cultural do sujeito, pois, constrói suas identificações pessoais e seus vínculos grupais. Ela é fruto de uma dialética entre o que há de particular em cada indivíduo, e o social. Noutros termos, aquilo que fica registrado na memória, seja consciente, seja inconsciente de cada um de nós, é resultado desse embate entre o geral e o particular.³

A memória, por sua vez, é um dos pilares da História Oral, uma vez que os temas trabalhados pelos oralistas (os praticantes de História Oral), são temas atuais, que os historiadores denominaram de “História do Tempo Presente”. Por essa característica de atualidade, com muitos atores vivos, a História Oral pode fazer com que outras versões do passado possam entrar em concorrência com o discurso oficial e com a memória hegemônica.

Reis Filho, através daquilo que ele denominou de “batalhas pela memória”, percebeu que desde os anos oitenta é socialmente predominante a versão de que a “sociedade apenas suportara a ditadura”, e que a população brasileira, indistintamente, “fora silenciada pela força e pelo medo da repressão.” (REIS FILHO, 2014, p. 8) Essa versão teria sido forjada no contexto amplamente negociado da abertura política e da transição entre os regimes autoritário e democrático. Ela, portanto, procurou difundir a ideia de um pacto nacional, acima das particularidades dos contendores políticos de até então, e distante dos revanchismos motivados por paixões que deveriam ser, em nome deste novo pacto, esquecidas. Hegemônica, nesta versão praticamente desapareceram os aliados e beneficiários – ocasionais ou “in toto” – do regime que se extinguia. Habilmente, foram omitidos os segmentos nos quais a ditadura encontrava seu respaldo na sociedade civil.

Certamente estamos considerando a ocorrência de uma memória “oficial” das Forças Armadas, para quem o Golpe de 1964, aliás, “Revolução Redentora”, atendeu ao clamor popular para livrar o país das “garras vermelhas do comunismo ateu” e da “imoralidade da corrupção”. Essa versão, cunhada ainda no calor dos acontecimentos, pode ser conferida em ampla historiografia produzida pelos militares desde então.⁴

³ Remeto a FREUD, 1921.

⁴ A título de exemplo, dentre vários outros, citamos o livro do general COUTO, 1999. Há também, reunindo mais de 250 depoimentos, o extenso MOTTA, 2003.

Documentação Impressa

A documentação produzida pelo POC ao longo da sua existência é vastíssima, e encontra-se acessível e de fácil consulta em alguns dos mais importantes arquivos históricos do país. Trabalhamos, sobretudo, com a documentação sob a guarda do Centro de Documentação e Memória, CEDEM, da UNESP, e com o acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, o AEL, da Universidade de Campinas.

No AEL, os Fundos “Gilberto Mathias” e “Moacir da Silva Barbosa”, ambos ex-militantes do POC, reúnem documentos do partido e de outras organizações da esquerda. Está sob a guarda do AEL, também, o conjunto dos 707 processos que tramitaram na Justiça Militar brasileira, e que envolvem os crimes contra a “segurança nacional” – são os famosos processos do projeto “Brasil: Nunca Mais” (BNM).

Reunidos no vastíssimo Fundo “POLOP”, o CEDEM da UNESP mantém sob sua guarda milhares de documentos desta organização e de várias outras. Em relação à POLOP, eles compreendem todos os períodos de sua existência, desde sua fundação em 1968 até o final dos anos setenta, incluídos aqueles produzidos pelo POC. A classificação dos documentos é feita por ordem cronológica, unidade da federação, e por tipo de documento. O material produzido pelo POC está reunido em três rubricas:

- “Documentos da Organização do IV Congresso até a cisão de início de 1970”;
- “Luta Interna na Fase do POC – I”;
- “Luta Interna na Fase do POC – II”

Nelas é possível localizar circulares e informes internos, de autoria das Secretarias Regionais e da Direção Nacional, distribuídas por entre as células e que visavam direcionar seu trabalho político. São textos reveladores da visão que as lideranças tinham de aspectos circunstanciais da conjuntura daquele momento e como pretendiam intervir nessa conjuntura. Há também cartas de militantes endereçadas à direção, nas quais são manifestadas posições políticas e as dificuldades enfrentadas na rotina da militância. Há, ainda, jornais locais, folhetos e panfletos, agrupados por Secretarias Estaduais e por área de atuação. Assim, de São Paulo, por exemplo, é possível localizar facilmente documentos produzidos pelas células que atuavam no Movimento Operário, ou, no Movimento Estudantil.

Por fim, para os documentos do DOPS, consultei o Arquivo Público do Estado de São Paulo, e os documentos digitalizados pelo Arquivo Público Mineiro. Neles encontram-se, além das “fichas” policiais dos militantes detidos para interrogatórios, como também relatórios de agentes policiais sobre as atividades das organizações.

O olhar de conjunto sobre todos esses acervos possibilita ao historiador detectar as mudanças de posicionamento dos membros do partido, e dos mais variados níveis

hierárquicos, conforme as novas circunstâncias iam se sucedendo. Por exemplo, é claramente perceptível a passagem da euforia que embalava alguns documentos anteriores ao AI-5, para o tom mais cauteloso, às vezes temerário, a partir de 1969. Citando, a título de ilustração, um documento de abril de 1968, assinado pela Direção Nacional e destinado à militância em geral, lê-se

Por todo o país verificou-se que as manifestações estudantis atingiram tal nível que se torna completamente reacionário querer limitá-las às 'reivindicações específicas' dos estudantes. Quando eles vão às ruas e atraem outros setores da população, dispõem-se à luta contra o regime. (POC, documento 0641, p. 3.)

E, no mesmo documento, linhas adiante, ainda se pode ler: "Sentiu-se mais uma vez a capacidade que tem o movimento estudantil de desgastar politicamente o governo, de forçá-lo a se definir." (idem, p. 4)

No documento "Notas para uma política revolucionária no ME", de fins de 1969, a mudança de tom é nítida:

O AI-5 marca nitidamente o fim desse período [da sobrevivência de certas liberdades políticas]. A repressão atacou o ME como nunca havia atacado antes. (...) Trata-se de uma repressão à massa (...). A própria universidade não foi poupada. No campus da cidade universitária da USP, reina um regime policialesco, com tiras infiltrados nas salas de aula (...). (POC, Comitê Nacional, documento 1148, p. 2.)

E, ao final, a Direção sentenciava, "qualquer luta reivindicatória poderia resultar na prisão e na tortura." (idem, p.3) Sintomaticamente, o volume de documentos diminuiu drasticamente a partir de meados de 1970, quando o cerco da repressão se tornou ainda mais intenso.

A documentação reflete, também, as expectativas da militância de base em relação à direção. São inúmeras as cartas assinadas por membros de células, e destinadas a ela, onde eram apresentadas queixas em relação ao comportamento desta. No exemplo abaixo, um experiente militante de uma das células operárias de Osasco, de codinome "Xavier", ao fim de uma longa análise do movimento operário do município, e das causas do seu descenso após a greve de 1968, criticou a direção nacional por aquilo que ele entendeu por omissão. E ao final do documento, dirigiu as seguintes recomendações para a direção nacional:

Sobretudo, é necessário transformar a direção numa direção eminentemente política, capaz de analisar continuamente a conjuntura nacional e internacional, capaz de, através da sua visão global do Partido, sistematizar as experiências do Partido em todas as frentes.⁵

⁵ POC, "Xavier" - "A situação da classe operária em Osasco, suas origens e as tarefas do Partido na região", janeiro de 1970. CEDEM, Fundo "POLOP", documento 1363, p. 29. "Xavier" era o codinome de Regis Andrade Stephan, ex-membro da direção estadual paulista e atuante na célula operária da organização em Osasco.

Por se tratar de um partido que se pretendia bolchevique, isto é, francamente dedicado à transformação revolucionária da sociedade e, para isso, contando com militantes com dedicação integral, contrariamente ao um partido de cunho parlamentar, envolvido nas disputas eleitorais, não localizamos nenhum documento de autoria de alguém externo e dirigido à direção, exceto uma carta aberta da VAR-Palmares endereçada à Direção Nacional do POC, propondo ações em conjunto.⁶ Deste modo, não conseguimos obter nenhuma informação de como o POC era visto fora da própria organização pelo comum da “massa”. Quanto às demais organizações da esquerda, estas, avaliavam o POC, assim como a POLOP, organizações obreiristas e demasiado intelectualizadas, recebendo, portanto, a pecha de “pequeno-burguesa”.

Há ainda os documentos produzidos pelas autoridades policiais, sejam os DOPS estaduais, os DOI-CODI's, ou ainda os processos que tramitaram nas Auditorias Militares, como dissemos, reunidos pelos pesquisadores do projeto “Brasil: Nunca Mais”. Apesar da indiscutível importância histórica deste rico acervo documental, para o escopo desta pesquisa, ele foi utilizado com extrema cautela, haja vista as condições nas quais os depoimentos se realizavam. Para o tratamento destas fontes policiais acatei a recomendação metodológica de Luciana Heymann

sensibilidade [maior] exigida do pesquisador que se debruça sobre os processos – não tanto em relação às informações nele contidas, mas à falta delas, vale dizer, à incompletude dos registros, sua dimensão fragmentária. (HEYMANN, 2014, p. 33)

O POC foi objeto de sete processos nas auditorias militares, sendo, três em São Paulo, dois em Minas Gerais, um no Paraná e um no Rio Grande do Sul. Militantes do partido foram enquadrados em outros três processos, por atividades em conjunto com outras organizações, sendo dois no Rio Grande do Sul e um em São Paulo.

Conclusão

No Brasil do início dos anos setenta era evidente a falência da proposta da luta armada. Gradativamente isolados dos movimentos de massa a partir de 1969 - se é que em algum momento tiveram respaldo por eles - os grupos guerrilheiros foram facilmente – e violentamente - dizimados pela repressão.

Seja como for, esse envolvimento com a esquerda armada atraiu a atenção das agências repressivas sobre o POC, tido até então como uma organização voltada meramente para o “proselitismo comunista”. E, os golpes desferidos pela ditadura sobre o jovem partido foram fatais. Duas sucessões de quedas, simultâneas no primeiro semestre de 1971, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, praticamente desmantelaram o POC. Desde então, o POC jamais voltaria a ter vida orgânica expressiva no país.

Em termos teórico-metodológicos, a realização desta pesquisa me permitiu refletir sobre as balizas da História do Tempo Presente.

⁶ Comando Nacional da VAR-Palmares – Fundo POLOP, documento 4882-4884.

Ao entrevistar vários ex-militantes do POC, percebi estar dando voz àqueles que usualmente são calados pela dinâmica das sociedades modernas, e pela historiografia tradicional, que privilegia outros tipos de fontes. Desta forma, valorizamos suas próprias individualidades, seus condicionantes e suas motivações particulares, sobre as quais os historiadores não podem ficar alheios. Ao incorporar a memória e a experiência pessoal dos atores sociais, o uso de fontes orais acaba por dar outra dimensão cronológica ao “acontecimento”, bem diferente daquela que o restringe a uma mera fatalidade ou à curta duração. Por essa razão, os historiadores de ofício atentos a essas demandas sociais, estão recorrendo de forma crescente a este tipo de fonte.

Paralelamente ao uso das fontes orais, recorri a arquivos documentais, a exemplo dos processos recuperados pela equipe do “Brasil Nunca Mais” envolvendo o POC, e a documentos internos da organização. Por essa razão, discordamos das críticas dirigidas à História do Tempo Presente, de que ela trata de temas ainda pouco consolidados e cujos arquivos históricos ainda são imprecisos e incompletos.

Referências

- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8ª. edição. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2006.
- CHAUVEAU, Agnes; TÈRTARD, Philippe (orgs.). *Questões para história do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- COUTO, Adolfo. *A Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
- FREUD, Sigmund. “Psicologia das massas e análise do eu” (1921). *Edição Standard das Obras Psicológicas de Freud* (ESB). V. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, pp. 89-179.
- HEYMANN, Luciana. “Documentar a ditadura: reflexões sobre arquivos e sensibilidade”, in SANTANA, Marco Aurélio et. all. (orgs.) – *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, pp. 32-46.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. O breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- MOTTA, Arilcides de Moraes (Coordenação Geral). *31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, 13 tomos.
- POC, Comitê Nacional. “As manifestações estudantis: 4 anos depois as marchas mudam de sentido”, abril de 1968. CEDEM, Fundo “POLOP”, documento 0641.
- POC, Comitê Nacional. “Notas para uma política revolucionária no ME”, dezembro de 1969. CEDEM, Fundo “POLOP”, documento 1148.
- REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIOUX, J-J. “Pode-se fazer uma história do tempo presente?”, in CHAUVEAU, Agnes TETARD, Ph. (org.) - *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, pp. 39-50.

SIRINELLI, Jean-François. “Ideologia, tempo e história”, in _____ - *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

VAR-PALMARES, Comando Nacional da – “Da Var-Palmares aos companheiros da DI do POC e do PRT”, maio/1970. CEDEM, Fundo “POLOP”, documento 4882-4884.